



Cordeirópolis, 20 de SETEMBRO de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Fazemo-nos presente, com a devida *vênia*, junto a **Vossa Excelência**, e demais pares desta **Egrégia Edilidade**, a fim de encaminhar-lhe o incluso Projeto de Lei em regime de **URGÊNCIA**, cujo objetivo é submetê-lo à apreciação dessa singular **Casa Legislativa**, através de seus exponenciais Legisladores, o qual **"Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências."**

Na mensagem nº 018/2018, o **Poder Executivo** enviou Projeto de Lei que determina a obrigatoriedade do uso de madeira certificada, nas obras e edificações públicas e privadas, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências, cujo conteúdo originou do Processo nº 625/2018 de 19/03/2018, iniciado pela **Secretaria Municipal do Meio Ambiente**.

Após o trâmite no Legislativo, surgiu a Lei Municipal nº 3.097/2018 que **"Determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis dá outras providências."**

Ocorre que às fls. 07 anverso, 07 verso e 08 do aludido processo, houve manifestação da **Secretaria Municipal de Obras e Planejamento**, com emendas ao primeiro projeto de lei de fls. 03 a 05, cujo conteúdo foi aceito pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente** em 11/04/2018 – fls. 06, pelo Secretário JOAQUIM DUTRA FURTADO FILHO, mas, infelizmente, não foi incorporado no Projeto que foi enviado à Câmara dos Vereadores(as).

Então, estamos acrescentando texto ao artigo 3º e seu parágrafos 2º e 4º; acrescentando texto ao artigo 5º e suprimindo e acrescentando textos ao artigo 6º, todos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, de forma a melhorar o instrumento legal e incorporar as emendas propostas pelo Planejamento naquela oportunidade.

Dessa forma, o presente é para adequar a legislação resultante e atribuir à Secretaria Municipal de Obras e Planejamentos, bem como à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, as obrigatoriedades do cumprimento da Lei Municipal nº 3.097/2018 – madeira Legal certificada.

continua





# CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade

Mensagem nº 037/2018



**Prefeitura Municipal  
de Cordeirópolis**  
Paço Municipal "Antonio Thirion"

continuação

fls.02

Assim, pois, pela simples leitura do texto, bem como com a ampla discussão acerca do presente, maiores comentários são dispensados, eis que a matéria foi tratada de modo a adequar o necessário com todas as cautelas singulares ao assunto.

Assim, diante do exposto acima e dada à natureza, a finalidade, e o significado do presente proposição de Lei esperamos contar com a imprescindível e necessário apoio dos **Nobres Legisladores** dessa **Casa Legislativa**, no sentido de sua plena aprovação

Concluindo, com o devido respeito, submeto o presente projeto de lei à elevada apreciação dos Ilustres **Vereadores** que integram esta **Casa Legislativa**, na esperança e certeza de que, após regular tramitação, seja o mesmo deliberado e aprovado em regime de urgência na devida forma regimental.

Certo de que **Vossa Excelência** e demais pares dessa **Egrégia Casa Legislativa**, saberão aquilatar a importância do projeto em tela, ficamos no aguardo de sua judiciosa manifestação e aproveitamos para incrustar ao ensejo nossos sinceros protestos de consideração e nímio apreço.

Atenciosamente,

  
**JOSÉ ADINAN ORTOLAN**  
Prefeito Municipal de Cordeirópolis

Ao Exmº. Sr.  
Vereador Laerte Lourenço  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
Cordeirópolis - SP



**Projeto de Lei nº 35, de 20 de Setembro de 2018.**

**Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, que determina a obrigatoriedade do uso de madeira legal certificada, nas obras de edificações públicas e privada, no território do município de Cordeirópolis e dá outras providências.**

**Jose Adinan Ortolan**, Prefeito do Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, **faço saber** que a **Câmara Municipal de Cordeirópolis** aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica acrescido texto ao artigo 3º e seu parágrafos 2º e 4º da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

**“Art. 3º** - A Prefeitura Municipal de Cordeirópolis através da Secretaria de Obras e Planejamento, **com suporte e apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, adotará os seguintes procedimentos para a aplicação desta lei:

**§ 1º** - .....

**§ 2º** - Exigir a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) nos recebimento de obras de construções, edificações, reparos e reformas de executadas por empresas terceirizadas, quando se tratar de madeira de origem nativa, **certificada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

**§ 3º** - .....

**§ 4º** - Lançar nos Memoriais Descritivos das Plantas e Projetos de obras e reformas de particulares aprovados, a obrigatoriedade do uso de madeira de procedência legal e da exigência a apresentação do DOF (Documento de Origem Florestal) quando se tratar de madeira de origem nativa para: expedição de Habite-se, Aceite e Certidão de Conclusão de Obra, **com conferência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

**§ 5º** - .....

**§ 6º** - .....

**§ 7º** - .....

continua





# CORDEIRÓPOLIS

Desenvolvimento com Responsabilidade



**Prefeitura Municipal  
de Cordeirópolis**  
Paço Municipal "Antonio Thirion"

Projeto de Lei nº /2018

continuação

fls. 02

**Art. 2º** - Fica acrescido texto ao artigo 5º da Lei Municipal n.º 3.097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

**"Art. 5º** - A instalações de indústrias ou comercio de madeireiras, no município de Cordeirópolis, somente será permitida com apresentação prévia do CADMADEIRA, documento que será solicitado na inscrição cadastral das mesmas e verificado pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**"

**Art. 3º** - Fica suprimido e acrescido textos ao artigo 6º da Lei Municipal n.º 3097, de 14 de junho de 2018, conforme segue:

**"Art. 6º** - Todos os estabelecimentos comerciais que trabalham e comercializam madeiras são obrigados apresentar os documentos previstos na legislação vigente, estarão sujeitos a fiscalização, que serão realizadas pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**

**Parágrafo Único** - O não cumprimento das especificações descritas nos termos desta lei acarretará ao infrator penalidades previstas na legislação federal pertinente, aplicadas pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente.**"

**Art. 4º** – As despesas para execução desta Lei estão previstas em orçamento e serão suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Cordeirópolis**, aos de de 2018, 120 do Distrito e 71 do Município.

  
**José Adinan Ortolan**  
**Prefeito Municipal de Cordeirópolis**